

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário de Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo: 2446657920190816143710

Processo 0816839-60.2019.8.23.0010 ☆ - (74 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário

Assunto Principal: 9597 - Seguro

Nível de Sigilo: Público

Recursos: [Clique aqui para visualizar os recursos relacionados](#)

Informações Gerais	Informações Adicionais	Partes	Movimentações	Apensamentos (0)	Vínculos (0)
<div>Realces</div> <div>Realçar Movimentos de: <input type="checkbox"/> Magistrado <input type="checkbox"/> Servidor <input type="checkbox"/> Advogado <input type="checkbox"/> Membro MP <input type="checkbox"/> Defensor <input type="checkbox"/> Procurador <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/> Audiência</div> <div>Ocultar Movimentos: <input type="checkbox"/> Inválidos <input type="checkbox"/> Sem Arquivo <input type="checkbox"/> Hab. Provisória</div>					
<div>Filtros</div> <div>Movimentado Por: <input type="checkbox"/> Advogado <input type="checkbox"/> Defensor de Justiça <input type="checkbox"/> Entidades Remessa <input type="checkbox"/> Magistrado <input type="checkbox"/> Procurador <input type="checkbox"/> Servidor</div> <div>Sequencial(Intervalo): <input type="text"/> ao <input type="text"/> Data do Movimento(Período): <input type="text"/> à <input type="text"/></div> <div>Descrição: <input type="text"/></div>					
22 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 22				500 por pág.	1
Seq.	Data	Evento	Movimentado Por		
<input type="checkbox"/>	22	16/08/2019 14:37:10	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE		
			JOÃO ALVES BARBOSA FILHO		
			Procurador		
	22.1 Arquivo: Petição	Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHOJOAO ALVES BARBOSA FILHO,	2611127PETICAOINTERLOCUTORIADEV01.pdf		Público
	22.2 Arquivo: AGRAVO	Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHOJOAO ALVES BARBOSA FILHO,	2611127PETICAOINTERLOCUTORIADEVAnexo01.pdf		Público
	21	16/08/2019 00:08:33	DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A (P/ advgs. de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A *Referente ao evento (seq. 15) JUNTADA DE CERTIDÃO(06/08/2019) e ao evento de expedição seq. 17.		
			SISTEMA CNJ		
<input type="checkbox"/>	20	15/08/2019 16:11:49	LEITURA DE CARTA DE INTIMAÇÃO (A.R.) REALIZADA CARTA DE INTIMAÇÃO (A.R.) lido em 15/08/2019 - Referente ao evento de expedição (seq. 19) EXPEDIÇÃO DE CARTA DE INTIMAÇÃO (A.R.) (09/08/2019 15:53:29)		
			Alejandro Nicolas dos Santos		
			Estagiário		
<input type="checkbox"/>	19	09/08/2019 15:53:29	EXPEDIÇÃO DE CARTA DE INTIMAÇÃO (A.R.) Prazo de 30 dias úteis. Referente ao evento (seq. 15) JUNTADA DE CERTIDÃO(06/08/2019 12:16:28). Identificador do Cumprimento: 0003.		
			VALESKA CRISTIANE DE CARVALHO SILVA		
			Analista Judiciário		
	18	08/08/2019 10:50:08	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 08/08/2019 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 15) JUNTADA DE CERTIDÃO (06/08/2019) e ao evento de expedição seq. 17.		
			JOÃO ALVES BARBOSA FILHO		
			Procurador		
	17	06/08/2019 12:16:40	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE CERTIDÃO (06/08/2019)		
			ALDENEIDE NUNES DE SOUSA		
			Analista Judiciário		
	16	06/08/2019 12:16:40	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de LUIS FERNANDO DAS NEVES NUNES com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE CERTIDÃO (06/08/2019)		
			ALDENEIDE NUNES DE SOUSA		
			Analista Judiciário		
<input type="checkbox"/>	15	06/08/2019 12:16:28	JUNTADA DE CERTIDÃO		
			ALDENEIDE NUNES DE SOUSA		
			Analista Judiciário		
<input type="checkbox"/>	14	06/08/2019 09:54:29	JUNTADA DE OUTROS		
			ALDENEIDE NUNES DE SOUSA		
			Analista Judiciário		
<input type="checkbox"/>	13	31/07/2019 14:29:55	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE		
			JOÃO ALVES BARBOSA FILHO		
			Procurador		
	12	24/06/2019 14:09:52	RENÚNCIA DE PRAZO DE LUIS FERNANDO DAS NEVES NUNES Referente ao evento CONCEDIDO O PEDIDO (06/06/2019)		
			EDSON SILVA SANTIAGO		
			Advogado		
	11	24/06/2019 00:03:50	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de LUIS FERNANDO DAS NEVES NUNES) em 24/06/2019 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 6) CONCEDIDO O PEDIDO (06/06/2019) e ao evento de expedição seq. 8.		
			SISTEMA CNJ		
<input type="checkbox"/>	10	18/06/2019 16:42:16	JUNTADA DE PETIÇÃO DE CONTESTAÇÃO Cumprimento de intimação - Referente ao evento CONCEDIDO O PEDIDO (06/06/2019)		
			JOÃO ALVES BARBOSA FILHO		
			Procurador		
	9	12/06/2019 15:49:18	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 12/06/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 6) CONCEDIDO O PEDIDO (06/06/2019) e ao evento de expedição seq. 7.		
			JOÃO ALVES BARBOSA FILHO		
			Procurador		
	8	12/06/2019 14:24:41	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de LUIS FERNANDO DAS NEVES NUNES com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento CONCEDIDO O PEDIDO (06/06/2019)		
			ALDENEIDE NUNES DE SOUSA		
			Analista Judiciário		
	7	12/06/2019 14:24:41	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento CONCEDIDO O PEDIDO (06/06/2019)		
			ALDENEIDE NUNES DE SOUSA		
			Analista Judiciário		
<input type="checkbox"/>	6	06/06/2019 12:46:46	CONCEDIDO O PEDIDO		
			JARBAS LACERDA DE MIRANDA		
			Magistrado		
	5	03/06/2019 10:47:07	CONCLUSOS PARA DECISÃO - DECISÃO INICIAL		
			SISTEMA CNJ		
	4	03/06/2019 10:47:07	RECEBIDOS OS AUTOS		
			SISTEMA CNJ		
	3	03/06/2019 10:47:07	REMETIDOS OS AUTOS PARA DISTRIBUIDOR Registro de Distribuição		
			SISTEMA CNJ		
	2	03/06/2019 10:47:07	DISTRIBUÍDO POR SORTEIO 4ª Vara Cível		
			SISTEMA CNJ		
<input type="checkbox"/>	1	03/06/2019 10:47:06	JUNTADA DE PETIÇÃO DE INICIAL		
			EDSON SILVA SANTIAGO		
			Advogado		



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08168396020198230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **LUIS FERNANDO DAS NEVES NUNES**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer a juntada da decisão do Agravo de Instrumento que adequa os honorários periciais em conformidade com o Convênio Nº. 06/2015 - TJJ.

Assim deve ser devolvido ao Réu o montante de R\$ 300,00 (trezentos reais) dos valores depositados a título de honorários periciais.

Desta forma, com fulcro no art. 906, parágrafo único do CPC, requer a Ré que Vossa Excelência se digne determinar a expedição de **OFÍCIO DE TRANSFERÊNCIA DIRETA no montante do valor depositado**, com seus acréscimos legais, em favor da **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., CNPJ/MF: 09.248.608/0001-04**, autorizando ao Banco depositante a efetuar transferência direta na **conta corrente nº 644000-2, Agência: 1912-7, BANCO DO BRASIL S.A.**

Requer ainda, seja determinado que o banco depositante junte aos autos o respectivo comprovante da transferência realizada através de TED da quantia expedida mediante ofício, possibilitando ao patrono da Ré realizar prestação de contas com maior clareza e transparência, informando o saldo líquido e a data exata da transferência realizada.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 14 de agosto de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
OAB/RR 101-B



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA
CÂMARA CÍVEL - PROJUDI

Praça do Centro Cívico, 269 - Palácio da Justiça, - Centro - Boa Vista/RR -
CEP: 69.301-380

Agravo de Instrumento n.º 9000974-04.2019.8.23.0000

Agravante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT

Agravado: Luis Fernando das Neves Nunes

Relator: Desembargador Cristóvão Suter

I - Tratam os autos de agravo de instrumento com pedido de liminar, aviado por Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, contra decisão oriunda da 4.^a Vara Cível, proferida em autos de ação de cobrança de seguro obrigatório.

Em suas razões recursais, sustenta a agravante teses de impossibilidade de inversão do ônus da prova, inobservância ao convênio n.º 06/2015 ao fixar verba honorária pericial em montante superior ao estabelecido e que incumbiria ao agravado arcar com os ônus relativos à produção da perícia.

Assevera a existência de probabilidade do direito, perigo de demora e fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, pugnando pelo deferimento da liminar, a fim de suspender o cumprimento da determinação lançada no juízo de origem.

Ausentes os requisitos legais, a liminar restou indeferida (EP. 5).

Regularmente intimado, deixou o agravado de apresentar suas contrarrazões (EP. 10).

É o breve relato.

Passo a decidir.

II - O recurso comporta parcial conhecimento.

Ab initio, deve ser afastada a tese de impossibilidade de inversão do ônus da prova, porquanto a jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça consolidou-se no sentido de que “o art. 373, §1º, do CPC/15, contempla duas regras jurídicas distintas, ambas criadas para excepcionar à regra geral, sendo que a primeira diz respeito à atribuição do ônus da prova, pelo juiz, em hipóteses previstas em lei, de que é exemplo a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC, e a segunda diz respeito à teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, incidente, a partir de peculiaridades da causa que se relacionem com a impossibilidade ou com a excessiva dificuldade de se desvencilhar do ônus

estaticamente distribuído ou, ainda, com a maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário.”[1]

No caso alçado a debate, em que a decisão singular fundamenta-se na teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, descortina-se da petição inicial do agravo de instrumento a inexistência de argumentos suficientes à análise do inconformismo, limitando-se a argumentos dissociados de seu conteúdo, olvidando da exposição do desacerto e da eventual contrariedade à lei, em violação ao princípio da dialeticidade recursal, tornando impossível o seu conhecimento pelo órgão revisor:

“DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO INTERNO NA APELAÇÃO CÍVEL - OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE - NÃO CONHECIMENTO DO INCONFORMISMO. 1. O princípio da dialeticidade recursal, positivado no art. 1.021, § 1º, do CPC como requisito extrínseco de admissibilidade do agravo interno, exige a impugnação integral e específica de cada um dos fundamentos da decisão recorrida, sob pena de não conhecimento do recurso. 2. Olvidando o agravante de tal ônus, impõe-se o não conhecimento do inconformismo.” (TJRR, AgInt 0800599-79.2015.8.23.0060, Primeira Turma Cível, Relator: Des. Cristóvão Suter – p.: 02/07/2019)

No que pertine à responsabilidade pelo pagamento da perícia, registre-se que a jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça orienta-se no sentido de que *“não se encontra a decisão atinente à incumbência de arcar com os ônus da produção da prova pericial (...) dentre as passíveis de correção pela via do agravo de instrumento (...), sendo incabível a modalidade recursal utilizada, considerado que o teor do decisorio vergastado não está previsto no rol do artigo 1.015, do CPC/15”* (STJ, REsp 1714820, Decisão Monocrática, Relator: Min. Luis Felipe Salomão – p.: 01/08/2019).

Melhor sorte assiste à agravante quanto ao valor dos honorários periciais.

Consta do caderno processual que a decisão impugnada fixou os honorários periciais em R\$ 500,00 (*quinhentos reais*).

Logo, razões acompanham a recorrente neste ponto, uma vez que estabelece a cláusula 1.3 do Convênio n.º 06/2015[2], celebrado entre a apelante e este Tribunal, que as perícias realizadas serão pagas a um valor fixo de R\$ 200,00 (*duzentos reais*), justificando-se o provimento do recurso, consoante, aliás, inequívoco entendimento deste Colegiado:

“AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGURO DPVAT. DECISÃO QUE FIXOU HONORÁRIOS DO PERITO EM VALOR

SUPERIOR AO CONVENCIONADO PELO TJRR E PELA SEGURADORA. CONVÊNIO 06/2015. DEVER DE OBSERVÂNCIA AOS POSTULADOS DA BOA FÉ E SEGURANÇA JURÍDICA. AGRAVO CONHECIDO E PROVIDO.

1. Consta dos autos o Convênio nº 06/2015, celebrado entre o TJRR e a Seguradora em 12 de agosto de 2015, estabelecendo valor fixo de R\$200,00 (duzentos reais) para as perícias a serem realizadas nas ações envolvendo o Seguro Obrigatório DPVAT. 2. Por força dos princípios da segurança jurídica e da boa-fé, considerando a existência do supracitado convênio, merece provimento o presente agravo, para reformar a decisão agravada. 3. Agravo de Instrumento conhecido e provido.” (TJRR, AgInst 0000.15.002661-5, Câmara Cível, Relator: Des. Jefferson Fernandes da Silva – p.: 13/02/2017)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO - COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - HONORÁRIOS PERICIAIS FIXADOS EM DESCOMPASSO COM A NORMATIVA FIXADA PELO TJRR - RECURSO PROVIDO." (TJRR – AgInst 0000.16.000327-3, Câmara Cível, Rel. Des. Cristóvão Suter - p.:14/07/2016)

III - Posto isto, conheço parcialmente do reclame, reduzindo o valor referente aos honorários periciais, adequando-o aos termos do Convênio n.º 06/2015-TJRR.

Boa Vista, 8 de agosto de 2019.

Desembargador Cristóvão Suter

[1] STJ, REsp 1729110/CE, Terceira Turma, Relatora: Min. Nancy Andrighi – p.: 04/04/2019.

[2] Cláusula 1.3. As perícias realizadas serão pagas pela Seguradora Líder a um valor fixo de R\$ 200,00 (duzentos reais), independente de seu resultado (constatação ou não de invalidez permanente da vítima periciada).